

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 640.909 - RJ (2015/0006845-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : LEONARDO MORAES DE MIRANDA - RJ136750
GABRIEL SOUZA DUARTE E OUTRO(S) - RJ180826
AGRAVADO : RAIMUNDO DA SILVA PINHAL
AGRAVADO : MARIA DE LURDES SANTIAGO PINHAL
AGRAVADO : ANA CARLA SANTIAGO PINHAL
AGRAVADO : CARLOS HENRIQUE NASCIMENTO DE JESUS
ADVOGADO : ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA MALLET E OUTRO(S) -
RJ070198

DESPACHO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 358-359):

AGRAVO INOMINADO NA APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO RETIDO. NÃO CONHECIMENTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. CEDAE. FORNECIMENTO PRECÁRIO DE ÁGUA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SERVIÇO ESSENCIAL. CONTINUIDADE. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM. MAJORAÇÃO.

1. Ab initio, o agravo retido interposto pela ré não será conhecido, diante do descumprimento do disposto no artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.
2. A relação travada é de consumo, pois as partes envolvidas enquadram-se nas definições de consumidor e fornecedor previstas nos artigos 2º e 3º da Lei nº 8.078/1990, visto que os demandantes são os destinatários finais dos serviços prestados pela concessionária, de maneira que o CPDC é aplicável à hipótese. Precedentes TJRJ.
3. In casu, incumbia à demandada provar a efetiva prestação do serviço, bem como sua prestação de forma contínua, ônus do qual não se desincumbiu, não observando, assim, a regra estabelecida pelo artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil. Ademais, a interrupção dos serviços foi devidamente comprovada pela prova acostada aos autos.
4. Desta feita, constata-se a falha na prestação do serviço consistente na cobrança de serviço prometido e não fornecido de maneira satisfatória, como previsto no art. 22 do CPDC. Não se olvide que o mesmo dispositivo citado impõe à concessionária a

prestação de serviço adequado, eficiente, seguro e, quanto aos essenciais, contínuo.

5. Nesse passo, correta a condenação imposta no sentido de que seja suprida eventual falha de abastecimento por meio da rede própria, por carro pipa, pois assim garante-se a continuidade de serviço essencial.

6. Noutra toada, cabíveis os danos morais pleiteados, pois se operam in re ipsa.

7. Quantia majorada para R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada autor, porquanto atende o princípio da proporcionalidade e circunstâncias do caso concreto, além de estar alinhada com a jurisprudência desta Corte. Precedentes.

8. Quanto à fixação dos juros moratórios, consoante dispõe o artigo 405 do Código Civil, em se tratando de responsabilidade civil contratual, o termo inicial para cômputo dos juros de mora é a citação do devedor. A correção monetária incide da data do arbitramento, na forma da súmula 362 do STJ. Precedente.

9. Recurso não provido.

Nas razões do especial interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, há discussão a respeito de falha na prestação do serviço de fornecimento de água que resultou na sua condenação por danos morais.

Alega omissões no acórdão recorrido e sustenta que o fornecimento ininterrupto de água culmina no desfazimento do sistema de manobra então existente, violando os arts. 3º, V, do Decreto n. 7.217/2010 e 43 da Lei n. 11.445/2007. Aduz que eventual realização de manobras na rede de abastecimento de água do imóvel das partes agravadas, para abastecimento de outras regiões, não fere o princípio da continuidade, e por fim, defende a inexistência de danos morais.

Verifico que a matéria tratada nos autos é relativa a direito público.

A propósito, citam-se os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. SÚMULA 182/STJ. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. PRETENDIDA MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, FIXADO A TÍTULO DE

DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 12/09/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Interposto Agravo interno com razões que não impugnam, especificamente, os fundamentos da decisão agravada - especialmente os referentes à inexistência de negativa de prestação jurisdicional -, não prospera o inconformismo, no particular, em face da Súmula 182 desta Corte.

III. Na origem, trata-se de ação indenizatória, proposta pela parte ora agravante contra a Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO, na qual postula a reparação de danos morais, relacionados a falhas na prestação do serviço de fornecimento de água.

IV. No que tange ao quantum indenizatório, "a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a revisão dos valores fixados a título de danos morais somente é possível quando exorbitante ou insignificante, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não é o caso dos autos. A verificação da razoabilidade do quantum indenizatório esbarra no óbice da Súmula 7/STJ" (STJ, AgInt no AREsp 927.090/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/11/2016).

V. No caso, o Tribunal de origem à luz das provas dos autos e em vista das circunstâncias fáticas do caso, reduziu o valor da indenização por danos morais a R\$ 500,00 (quinhentos reais), considerando que "o ressarcimento do dano moral não vai atender a completa satisfação do dano causado, uma vez que tem cunho mais satisfatório, procurando dessa forma recompensar o sofrimento ocasionado, de modo que o dano não pode ser fonte de lucro para quem o recebe, devendo o julgador ser moderado, sensato e comedido por ocasião do arbitramento do referido dano". Tal valor não se mostra irrisório, diante das peculiaridades da causa, expostas no acórdão recorrido, o que atrai a aplicação da Súmula 7/STJ.

VI. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.

(AgInt no AREsp 888.096/SE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/9/2017, DJe 28/9/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. SERVIÇO ESSENCIAL. DIREITO HUMANO À ÁGUA. DEMORA EXCESSIVA NO REABASTECIMENTO. EXCESSO DE PRAZO SEM PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO. 5 ANOS. ART. 27 DO CDC.

1. Trata-se na origem de ação ajuizada em desfavor da ora recorrente, na qual se pleiteia indenização por danos morais, tendo em vista o lapso de cinco dias sem que houvesse fornecimento de água no imóvel da ora recorrida, em função de manobras realizadas pela Companhia de Saneamento de Sergipe na rede de água.

2. Em Recurso Especial, a insurgente aduz que o prazo prescricional a ser adotado no caso dos autos é o de três anos, conforme preceitua o artigo 206, § 3º do Código Civil.

3. O alegado dissenso jurisprudencial deve ser comprovado, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a colação de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente, não bastando a mera transcrição de ementas. O não respeito a tais requisitos legais e regimentais impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c", III, do art. 105 da Constituição Federal.

4. Conforme entendimento pacificado no STJ, "a relação entre concessionária de serviço público e o usuário final, para o fornecimento de serviços públicos essenciais, tais como água e energia, é consumerista, sendo cabível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor" (AgRg no AREsp 354.991/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11/9/2013).

5. Em se tratando de matéria relacionada a danos oriundos de produtos ou serviços de consumo, é afastada a aplicação do Código Civil, tendo em vista o regime especial do Código de Defesa do Consumidor. Só excepcionalmente aplica-se o Código Civil, ainda assim quando não contrarie o sistema e a principiologia do CDC.

6. In casu, a recorrente alega que o caso dos autos trata de vício do serviço, uma vez que apenas a prestação de água foi comprometida,

sem que houvesse lesão à saúde do consumidor.

7. É de causar perplexidade a afirmação de que "apenas a prestação de água foi comprometida". O Tribunal de origem deixou muito claro que, "No caso dos autos, a DESO havia comunicado aos moradores de determinados bairros da capital, entre eles o do autor, sobre uma interrupção no fornecimento de água, no dia 08/10/2010, das 06:00 às 18:00 horas. Ocorre que a referida suspensão estendeu-se por cinco dias, abstendo-se a empresa de prestar qualquer assistência aos consumidores".

8. É inadmissível acatar a tese oferecida pela insurgente. A água é o ponto de partida, é a essência de toda vida, sendo, portanto, um direito humano básico, o qual deve receber especial atenção por parte daqueles que possuem o mister de fornecê-la à população.

9. As nuances fáticas delineadas no acórdão recorrido demonstram claramente o elevado potencial lesivo dos atos praticados pela concessionária recorrente, tendo em vista os cinco dias sem abastecimento de água na residência da parte recorrida, o que configura notória falha na prestação de serviço, ensejando, portando, a aplicação da prescrição quinquenal do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor.

10. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.629.505/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016.)

Logo, nos termos do art. 9.º, § 1.º, inciso XIV, do Regimento Interno do STJ, a competência para o exame da presente controvérsia está inserida nas atribuições das Turmas de Direito Público desta Corte.

Ante o exposto, determino a redistribuição do presente recurso a uma das Turmas integrantes da Primeira Seção.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora